

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO CÉLIO STUDART

PROJETO DE LEI N. , DE 2025

(do Sr. Célio Studart)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para tipificar o crime de concessão de crédito consignado sem a manifestação inequívoca da vontade do consumidor, estabelecendo **majorantes** se cometido em desfavor de funcionários públicos, consumidores idosos, aposentados e/ou pensionistas e os alimentandos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para tipificar o crime de concessão de crédito consignado sem a manifestação **inequívoca** da vontade do consumidor, estabelecendo **causa de aumento de pena (majorantes)** se o crime é cometido em desfavor de funcionários públicos, consumidores idosos, aposentados e/ou pensionistas e alimentandos.

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescida do seguinte artigo, com a seguinte redação:

“Art. 74-A. Conceder crédito consignado sem a devida e inequívoca manifestação da vontade do consumidor:

Pena – detenção, de 1 (um) a 5 (anos) anos, se o ato não constituir crime mais grave, para cada prática.

§1º A condenação neste tipo sempre será acompanhada, independente de requerimento, da determinação de publicação, em órgãos de



comunicação de grande circulação ou audiência, virtuais ou não, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação.

§2º A norma constante do Art. 1º independará de requerimento próprio ou de anotação específica no título penal condenatório.

§3º Se o crime é praticado em sede virtual ou por quaisquer aparelhos de comunicação telemática, a pena será aumentada de $\frac{1}{2}$ a $\frac{2}{3}$.

§4º Se o crime é praticado contra aposentados e/ou pensionistas, a pena será aumentada de $\frac{1}{2}$ a $\frac{2}{3}$.

§5º Se o crime é praticado em desfavor de alimentante, a pena será aumentada de $\frac{1}{2}$ a $\frac{2}{3}$.

§6º Se o crime é praticado em desfavor de servidores públicos, a pena será aumentada de $\frac{1}{2}$ a $\frac{2}{3}$.

Art. 3º Será admitida, na esfera cível própria, a reparação cível, inclusive para fins indenizatórios, a prática do crime previsto no Art. 1º.

§1º Para aferimento do valor fixado nas reparações cíveis e indenizações referidas no *caput*, serão considerados fatores sociais da vítima, especialmente se praticadas em sede virtual ou por quaisquer aparelhos de comunicação telemática.

§ 2º Na hipótese do *caput* deste artigo, a instituição consignatária incorrerá em multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor depositado, a ser revertido em favor do consumidor, possibilitada a ação de regresso caso aferida a responsabilidade pessoal àqueles mencionados no rol do Art. 75, da Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º A prática da oferta consumerista de crédito consignado será, sempre que possível, celebrada por escrito, devendo observar, como regra geral, o caráter solene do contrato, nos termos do Código Civil, bem como o acesso amplo, completo e transparente às informações necessárias à celebração do contrato consumerista.

§1º As informações referidas no *caput* abarcarão, inclusive, que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros, mencionadas no *caput* do Art. 72 da Lei



Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê expressamente que o Estado deve promover, na forma da lei, a defesa do consumidor (CF, art. 5º, XXXII). Também dispõe que a ordem econômica está sujeita à observância de diversos princípios, dentre eles a defesa do consumidor (CF, art. 170, V).

Não olvide-se que o direito da pessoa idosa e sua adequada proteção legal deriva de norma constitucional própria, qual seja o amparo da velhice como um valor constitucionalmente albergado, derivado do direito de solidariedade ou fraternidade, ligado à assistência social e, por isso mesmo, pertencente à classe dos direitos de terceira geração. Esse corolário constitucional, que relaciona a responsividade social como um objetivo específico e determina a existência de prestações positivas por parte do legislador, em ordem a perfectibilizar o mandamento constitucional à realidade empírica.

Nessa linha, é que o legislador pátrio editou sistema normativo próprio, o Estatuto do Idoso, como forma de positivar algumas das principais garantias jurídicas conferidas aos idosos. O mesmo o faz, por seu turno, o Código de Defesa do Consumidor, ao estabelecer como agravantes o crime contra o consumidor se idoso.

Assim, desde a promulgação da Constituição da República, a atenção aos idosos, inclusive na perspectiva consumerista, tem sido fortemente albergado sob a hermenêutica constitucional. Sobre a questão leciona José Afonso da Silva, citando o direito de gratuidade nos transportes coletivos urbanos e semi-urbanos como fruto do novo modelo constitucional:

"O gozo desses direitos aqui reconhecidos, já decorre da própria Constituição, mas o Estatuto os especifica, porque há peculiaridades que não seriam reconhecidos sem essa especificação. Aos maiores de sessenta e cinco anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos (é justo lembrar que esse direito do idoso ao transporte nasceu na Prefeitura de São Paulo por obra do então Prefeito Mário Covas...)." (SILVA, José Afonso.



Este enfoque na ordem jurídico-constitucional se compatibiliza, em muitos casos, com a garantia do mínimo existencial, outrora referidas pelo mesmo autos, supramencionado, como *"o conjunto das condições primárias sócio-políticas, materiais e psicológicas sem as quais não se dotam de conteúdo próprio os direitos assegurados constitucionalmente, em especial aqueles que se referem aos fundamentais individuais e sociais ... que garantem que o princípio da dignidade humana dota-se de conteúdo determinável (conquanto não determinado abstratamente na norma constitucional que o expressa), de vinculabilidade em relação aos poderes públicos, que não podem atuar no sentido de lhe negar a existência ou de não lhe assegurar a efetivação, de densidade que lhe concede conteúdo específico sem o qual não se pode afastar o Estado."*

Por isso, a necessidade de assegurar normativamente a proteção do consumidor em relação ao quadro endêmico de celebração fraudulenta de contratos bancários de crédito consignado, fato que tem assolado milhares de famílias brasileiras, especialmente os idosos e que se baseia, faticamente, em alicantina a grassar a terceira idade em nosso país.

Com isso torna-se essencial a criminalização dessa prática abusiva, por meio da para tipificação do crime de conceder crédito consignado sem expressa autorização do consumidor. Cumpre ressaltar que o tema do dever de informação foi expressamente tratado pelo Código de Defesa do Consumidor, e teve seus contornos realçados por meio da recente Lei Federal n. 14.181, de 2021 – Lei do Superendividamento, que veio trazer normas quanto à responsabilidade quanto ao fornecimento de informação clara e precisa e, principalmente, a oferta de crédito responsável.

Diante da hipossuficiência presumida do consumidor, conforme expressamente determinado pelo CDC ante a envergadura econômica dos fornecedores, a proteção ao consumidor exclusivamente no âmbito administrativo e civil se revela ineficaz, inócua ou insuficiente.

Portanto, há a necessidade e urgência na intervenção do Direito Penal nessa relação, para que seja garantido o direito dos consumidores, traçando, ainda, as majorantes aplicáveis se o crime é cometido em desfavor de funcionários públicos, consumidores idosos, aposentados e/ou pensionistas e alimentandos.

Com efeito, de modo a prevenir os abusos do poder econômico, não se pode dispensar a intervenção do Direito Penal, ainda que de forma subsidiária. É imprescindível que haja o dever do Estado em punir tal reprimenda, de modo que tais atos não podem ser enquadrados como meros aborrecimentos na seara civil, devido à agressão frontal a direitos e garantias fundamentais asseguradas pela Constituição Federal.



Além disso, o presente projeto de lei traz especificações de modo a prestigiar o devido ressarcimento ao consumidor, acrescido de multa e sanções pecuniárias de ordem cível a estes contratos consumeristas, de modo a perfectibilizar o manejo das adequadas ações de natureza civil de forma colateral ao procedimento de investigação criminal e execução de penas.

Frise-se, para tanto, o estabelecimento, ainda, de natureza solene do tipo de contrato consumerista em questão e ação de regresso contra particulares, nos casos em que o ilícito se dera em função da atuação personalíssima de quaisquer dos colaboradores ligados à empresa que ofereceu o congñado.

Diante do exposto, conclamo os nobres parlamentares a aprovarem este Projeto de Lei em análise, que representa um avanço na garantia de direitos fundamentais aos consumidores e aos idosos, bem como em homenagem aos princípios constitucionais supramencionados, sempre de forma a promover uma sociedade mais justa e solidária.

Sala de Sessões, 24 de Abril de 2025.

Dep. Célio Studart
PSD/CE





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Projeto de Lei

Deputado(s)

- 1 Dep. Célio Studart (PSD/CE)
- 2 Dep. Prof. Reginaldo Veras (PV/DF)

Apresentação: 28/04/2025 13:18:47.560 - Mesa

PL n.1897/2025



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256885306500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célio Studart e outros